

Analfabetismo funcional: uma análise de pesquisas entre 2015 a 2020

DOI: <https://doi.org/10.33871/23594381.2025.23.2.9716>

Elaine Juliani de Freitas de França¹, Sabrina Plá Sandini², Kelly Tchiemi Nakano Marquim³

Resumo: O presente artigo tem por objetivo analisar o que dizem as pesquisas sobre a temática do Analfabetismo Funcional, partindo do pressuposto da importância de ser alfabetizado e letrado e compreendendo as dificuldades das pessoas não alfabetizadas funcionalmente. A pesquisa é do tipo estado do conhecimento, a qual busca analisar as pesquisas sobre determinada área em um recorte de tempo, buscando traçar os caminhos da pesquisa frente a um tema. As análises foram feitas a partir de autores como Soares (2020), Nascimento (2013), Bordignon e Paim (2015), entre outros. A partir dos resultados foi possível perceber que o Analfabetismo Funcional transpassa somente o social, mas atinge e está presente nas escolas, nas políticas públicas de educação, no ensino de jovens e adultos e nas concepções e métodos de alfabetização e letramento; deste modo é necessário reforçar a importância de a sociedade em geral agir em prol da diminuição do Analfabetismo Funcional, colocando a leitura e escrita como pauta essencial em todas as etapas de ensino.

Palavras-chaves: Analfabetismo Funcional. Alfabetização. Letramento.

Functional Illiteracy: An Analysis of Research from 2015 to 2020

Abstract: This article aims to analyze what research says about the theme of Functional Illiteracy, based on the premise of the importance of being literate and understanding the difficulties faced by functionally illiterate individuals. The research is a state-of-the-art review that seeks to analyze studies in a specific area over a defined period, tracing the developments in research related to this theme. The analyses were conducted using authors such as Soares (2020), Nascimento (2013), Bordignon, and Paim (2015), among others. From the results, it was possible to perceive that Functional Illiteracy extends beyond social aspects; it is present in schools, public education policies, adult education, and in the conceptions and methods of literacy and literacy education. Therefore, it is necessary to emphasize the importance of society as a whole taking action to reduce Functional Illiteracy, placing reading and writing as essential priorities at all stages of education.

Keywords: Functional Illiteracy. Literacy. Literacy Education.

Introdução

A leitura de palavras e interpretação de textos é imprescindível na conjuntura mundial, segundo Magda Soares (2020, p. 27) a alfabetização é o processo de aquisição da língua escrita,

¹ Pedagoga pela Universidade Estadual do Centro-Oeste. Professora da Educação Básica no município de Cândói-PR. ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-5655-8116>. Email: elainefreitas01317@gmail.com.

² Doutora em Ciências de La Educación pela Universidade Nacional de La Plata. Professora visitante da Universidade Federal do Tocantins. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4021-4404>. Email: sabrinapla@gmail.com

³ Pedagoga pela Universidade Estadual do Centro-Oeste. Professora da Educação Básica no município Guarapuava-PR. ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-0856-1397>. Email: kelly.nakano199@gmail.com.

ou seja, é aprender a escrita alfabética e suas normas, já o letramento diz respeito a utilizar-se da língua escrita como ferramenta de comunicação nas práticas sociais e pessoais. Sendo assim, o letramento e alfabetização de todas as crianças e adultos é uma necessidade palpável na educação, se tornando uma habilidade primordial para a vida cotidiana de todos, porém, nem sempre o processo de ensinar a ler, escrever e interpretar é eficaz, seja por culpa dos métodos, da falta de políticas públicas ou do contexto onde estas pessoas estão inseridas. Nesta perspectiva de não efetividade, a alfabetização e letramento de todos vira em parte utopia, e quem mais padece são aqueles que não adquiriram habilidades de leitura e escrita ou são analfabetos funcionais, ou seja, não conseguem utilizar a língua para se comunicar e expressar suas opiniões.

O termo Analfabetismo Funcional é deveras novo, segundo UNESCO (2006) alguém analfabeto funcional escreve o próprio nome, também consegue ler e escrever frases curtas e simples, efetua cálculos básicos, mas na vida cotidiana não utiliza a leitura e a escrita por não conseguir contextualizar as mesmas.

Analisando os dados descritos por Catelli, Oliveira, Lima e Cury (2018) nos Resultados Preliminares do Indicador de Analfabetismo Funcional (INAF) pode-se observar que a cada 10 brasileiros 3 são analfabetos funcionais, um número alto para um país que possui vários programas de alfabetização. O último INAF (2018) apresentou que cerca de 70% das pessoas que possuem Ensino Fundamental I são analfabetas funcionais, 34% daqueles que tem a escolaridade ao nível de Ensino Fundamental II estão entre os analfabetos funcionais, e até mesmo aqueles que entram no Ensino Médio ou concluem cerca 13% ainda não consegue utilizar a língua de forma ideal no seu cotidiano, no nível Superior 4% ainda ingressam analfabetos funcionais.

O encorajamento para pesquisar este tema se deu a partir da busca por compreender as implicações de um processo de alfabetização ineficaz em crianças e adultos; como elas se sentiam neste mundo grafocêntrico não conseguindo empregar a língua escrita e a leitura no cotidiano. Nesta busca por respostas, surgiu o conceito de Analfabetismo Funcional e como ele deve ser uma pauta latente no mundo contemporâneo o qual utiliza-se de portadores textuais a todo instante.

Sabendo da problemática do Analfabetismo Funcional conhecemos os dados do INAF, importante pesquisa que mede este índice, começamos então reparar nas causas destes dados e como eram alarmantes mesmo na era digital.

Sendo assim, a presente pesquisa busca sistematizar e analisar por meio de uma pesquisa do tipo Estado do Conhecimento pesquisas referente ao tema Analfabetismo Funcional entre os anos de 2015 a 2020, tendo como problemática quais foram os dados levantados pelos pesquisadores neste recorte de tempo, quais são as causas do Analfabetismo Funcional?

Com base nestas informações, o objetivo central deste estudo é: compreender dados de pesquisas referentes ao Analfabetismo Funcional nos anos de 2015 a 2020. Desdobrando – se

também em objetivos específicos como analisar as causas do Analfabetismo Funcional; explicitar a alfabetização como indissociável do letramento; compreender as dificuldades das pessoas não alfabetizadas funcionalmente.

No ano de 2020 segundo Bezerra, Silva, Soares e Silva (2020) foi decretado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) emergência internacional em saúde em função da disseminação do vírus SARS – CoV – 2 causador da doença Covid - 19, assim todos os países do mundo foram paralisados com as medidas de prevenção e de distanciamento social. Entre as áreas que mais sofreram com essa paralisação foi a Educação, que adotou o Ensino Remoto como medida de emergência para que as atividades escolares não parassem, de acordo com Saviani (2020) o Ensino Remoto vem como alternativa de substituição do ensino presencial neste período pandêmico, não se equivalendo ao Ensino à Distância (EaD) modalidade está já regulamentada e organizada pra acontecer a longa distância.

Com o Ensino Remoto e as atividades presenciais paralisadas, sem perspectiva de volta, optou-se então pela metodologia de pesquisa qualitativa denominada Estado do Conhecimento que busca analisar as pesquisas sobre determinada área em um recorte de tempo, buscando traçar os caminhos da pesquisa, ou seja, segundo Morosini e Fernandes (2014, p. 155)

No entendimento, estado de conhecimento é identificação, registro, categorização que levem à reflexão e síntese sobre a produção científica de uma determinada área, em um determinado espaço de tempo, congregando periódicos, teses, dissertações e livros sobre uma temática específica.

Utilizamos apenas o banco de teses e dissertações da Capes, deste modo nossa pesquisa enquadra-se como do tipo “estado do conhecimento” que busca levantar o acervo de pesquisas sobre o tema e suas características entre os anos de 2015 a 2020. Portanto, esta pesquisa sobre Analfabetismo Funcional busca demonstrar como o tema vem sendo tratado nos últimos anos, quais são seus enfoques, suas perspectivas, algumas lacunas no tema estudado e possíveis soluções para a área.

O texto inicia-se com a relação de pesquisas sobre Analfabetismo Funcional em um recorte de tempo específico. Em seguida, é apresentada a análise sobre os dispostos em cada pesquisa levantada no estado de conhecimento.

Desenvolvimento da pesquisa

O levantamento de teses e dissertações sobre Analfabetismo Funcional ocorreu no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, utilizando os descritores “Analfabetismo *and* Funcional”. Refinando a pesquisa com o recorte temporal para o ano de 2015 a 2020, dentro da grande área Educação, foram encontrados seis teses e dissertações que se enquadravam ao tema, como podemos observar no quadro 1:

Quadro1: Trabalhos sobre Analfabetismo Funcional (2015- 2020).

Título	Autor	Data de publicação	Tipo de trabalho	Universidade
Entre o enunciado e o realizado, a difícil superação do analfabetismo: Um estudo sobre o Programa Paraná Alfabetizado (2004-2016)	Antenor da Cunha França Junior	05/03/2018	Tese	Universidade Federal do Paraná
O coordenador pedagógico e o analfabetismo entre adolescentes escolarizados	Aline Gianoni de Oliveira	26/11/2018	Dissertação	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Analfabetismo funcional, alfabetização e letramento: ações da escola na produção de pesquisas entre 2011 e 2016	Luciane de Sousa Lopes Araújo	01/10/2018	Dissertação	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Caminhos percorridos pela educação de jovens e adultos na rede municipal de ensino do Recife/PE, no combate ao analfabetismo funcional de 2013 a 2016	Taciana Durão Leite Caldas	17/01/2018	Dissertação	Universidade Federal de Juiz de Fora
A importância da imaginação e da literatura para a educação e a formação humana	Moacir dos Santos Junior	15/12/2017	Dissertação	Universidade do Planalto Catarinense
A(na)labetismo funcional no Brasil: uma análise dos níveis de alfabetismo funcional	Rodrigo Augusto de Lima	29/08/2018	Dissertação	Universidade de Sorocaba

Fonte: As autoras, 2022.

Dentre as seis pesquisas encontradas, uma tese e cinco dissertações, que descreviam os mais variados assuntos permeados ao analfabetismo funcional, dentre estes estava a Educação de Jovens e Adultos (EJA), programas federais e estaduais de alfabetização, alfabetização e letramento, entre outros. A partir da leitura desses trabalhos, elencamos cinco categorias de análise que perpassam as pesquisas e relacionam-se com nossos objetivos: Analfabetismo funcional, alfabetização e letramento, educação de jovens e adultos, políticas públicas de alfabetização e letramento literário.

A expressão Analfabetismo Funcional vem “[...] das relações entre alfabetismo, sociedade e cultura, as habilidades e conhecimentos de leitura e de escrita não podem ser dissociados de seus usos [...]” (Soares, 1995, p. 10), deste modo o letramento não se desconecta da vida em sociedade, ou seja, o aprender a ler e escrever tem função social e o analfabeto funcional caracteriza-se como aquele indivíduo que não consegue utilizar-se de suas habilidades de leitura e escrita de forma ideal no mundo letrado.

De acordo com Oliveira (2018) os alunos analfabetos funcionais são despercebidos frente aqueles colegas que dominam a escrita e a leitura, os invisibilizando no contexto escolar. Já Andrade (2014) relata que a educação escolar é uma máquina que produz e exclui socialmente os analfabetos na própria escola.

Oliveira (2018) em sua pesquisa ressalta que a alfabetização de alunos especificamente do Fundamental II, deve vir acompanhada de conhecimento teórico e prático dos coordenadores sobre este campo da educação, para que possuindo ferramentas alfabetizadores e de letramento possam enfrentar a problemática do analfabetismo funcional. Essa questão é evidenciada também por Araújo (2018), quando aborda as ações das escolas como colaboradoras do índice de analfabetismo funcional, desvelando o processo de descobrimento das causas que levam crianças com mais de nove anos na escola ainda não saberem interpretar o que leem e escrevem.

A autora Vera Masagão Ribeiro é trazida para a pesquisa de Araújo (2018), onde destaca que a nomenclatura analfabetismo funcional é um meio termo entre o analfabetismo absoluto e o pleno domínio da língua, cita também as mudanças de conceitos feitas pela UNESCO.

Concordando, Araújo (2018) e Soares (2010), consideram impossível criar um conceito único de alfabetismo que seja adequado para todas as pessoas, em todos os lugares e contextos culturais e políticos. Isso acontece porque cada ambiente possui suas próprias necessidades de escrita e letramento, o que impede que o conceito de alfabetismo seja universal.

Os dados sobre Analfabetismo Funcional atualmente são coletados pelo INAF, com auxílio do Instituto Paulo Montenegro e a Ação Educativa; coloca em evidência que é difícil mensurar o analfabetismo funcional, por este ser um dado subjetivo, e por haver confusão dos conceitos trazidos pelo IBGE⁴ e pelo INAF⁵.

Araújo (2018) ao analisar os dados do INAF de 2016 sobre Analfabetismo Funcional e construindo uma projeção para o ano de 2018 evidencia que cerca de 48 milhões de brasileiros não são alfabetizados funcionalmente, ou seja, não conseguem fazer o uso social da língua portuguesa, dado este inquietante. A autora em sua pesquisa bibliográfica procurando perceber as causas deste número, encontrou doze dissertações que tratam do alfabetismo nas ações escolares.

Explorando estas dissertações, a pesquisadora chegou nos seguintes levantamentos: que atualmente os alunos veem a escola como parte de uma passagem para a vida adulta, portanto, vencê-la significa mais do que de fato aprender; percebeu também que apesar das inúmeras avaliações externas e internas, a escola enquanto instituição formadora não reflete sobre suas práticas quando os alunos não vão bem. Como resultado destas não ações reflexivas das escolas, os alunos tendem a repetir de ano, evadir da instituição, mascaram cotidianamente suas dificuldades e sua má formação inicial (Araújo, 2018).

Com estas pesquisas, é possível observar que os educandos passam anos na escola sem utilizar-se funcionalmente da língua portuguesa são deixados de lado, perdurando seu estado de analfabeto funcional e dificilmente são auxiliados de alguma forma.

⁴ Analfabetos Funcionais são pessoas com menos de quatro anos de estudos, sendo este dado autodeclarado pelos pesquisados.

⁵ Analfabetos Funcionais são separados em dois níveis de proficiência (Analfabeto e Rudimentar), onde são aplicados testes que mensuram suas capacidades de leitura e de cálculos matemáticos.

Para tratar sobre a questão da alfabetização e letramento nas pesquisas analisadas, trataremos como autora guia a professora Magda Becker Soares e seu livro “Alfalettrar: toda criança pode aprender a ler e escrever”, neste a alfabetização e letramento tem como características:

Alfabetização e letramento são processos cognitivos e linguísticos distintos, portanto, a aprendizagem e o ensino de um e de outro é de natureza essencialmente diferente: entretanto as ciências em que se baseiam esses processos e a pedagogia por elas sugeridas evidenciam que são processos simultâneos e interdependentes. A alfabetização – a aquisição de tecnologia da escrita – não precede nem é pré-requisito para o letramento, ao contrário, a criança aprende a ler e a escrever envolvendo-se em atividades de letramento, isto é, de leitura e produção de textos reais, de práticas sociais de leitura e de escrita (Soares, 2020, p. 27).

Desta forma, alfabetizar e letrar uma criança são processos que devem ser indissociáveis, e que visem o aprendizado concreto e utilizável da língua, com práticas reais e respeitando o cotidiano dos alunos, desta forma o ensino destes dois processos de forma conjunta, pode diminuir o índice de analfabetos funcionais que não sabem utilizar-se da escrita para comunicar-se e fazer parte do mundo letrado.

Oliveira (2018) em seus estudos sobre o Fundamental II, dispõe que com o surgimento de diferentes métodos de ensino e do embate de ideias distintas, entre métodos tradicionais e construtivistas, resultam em um viés reducionista ao ensino, ou seja, o embate sobre os métodos muitas vezes sobrepõe o processo de ensino – aprendizagem. O que também pode acontecer com o processo de letramento e alfabetização, onde os professores fragmentam estas práticas e lidam distintivamente com as mesmas, dificultando o trabalho e empobrecendo a alfabetização e letramento. A esse respeito Soares (2020), destaca que estas práticas devem ser mescladas como forma essencial no processo de ensino da língua, pois as duas ações são interdependentes, distintas, e cada uma tem papel fundamental na vida escolar dos alunos, para que estes aprendam a ler e escrever de forma exitosa.

Com base nos pressupostos citados, é evidente a necessidade dos coordenadores do Fundamental II também saber alfabetizar e letrar, pois muitas vezes os alunos que chegam nesta etapa de ensino foram vítimas de uma alfabetização e letramento de forma dissociada. É necessário que estes profissionais percebam nestes adolescentes indícios que revelam que eles não dominam a língua escrita e a leitura, alguns podem fingir dominar e adotar comportamentos que mascaram essas dificuldades, assim como outros são violentos para que não evidenciem seu desconhecimento. Mas este papel de alfabetizador não deve ser responsabilidade somente do coordenador. Conforme Oliveira (2018, p. 52):

[...] primeiramente é preciso tornar o combate ao analfabetismo funcional um objetivo comum ao grupo docente, após o diagnóstico preciso dos alunos que apresentam dificuldades na aquisição da leitura e escrita, para depois, encontrar os meios para realizar a mudança de triste realidade.

Nesta perspectiva, para superar as dificuldades destes adolescentes analfabetos funcionais não é só necessário saber e compreender o problema, mas elaborar propostas que façam com que estes aprendam de fato, propostas estas que devem estar vinculadas aos saberes prévios dos alunos, trazendo a realidade para o contexto escolar.

Deste modo, Araújo (2018) relata em sua pesquisa que apesar dos níveis de analfabetismo serem ainda muito altos, as escolas como um todo não planejam ações que visem essa quebra de percentuais e de percepções das causas, dentre estas causas relacionadas ao não letramento e compreensão da escrita entre alunos, são os métodos de alfabetização falhos, que abrem lacunas no processo de aquisição da língua escrita.

A autora supracitada utiliza como fontes bibliográficas para falar sobre o debate dos métodos de alfabetização e letramento os autores Fernando Capovilla e Fernanda Seabra (2010), pesquisadores que defendem o método fônico de alfabetização, e comparam estes aos métodos construtivistas e globais, além de ressaltarem que antes de haver aplicação de dinheiro público em políticas públicas de alfabetização é necessário fazer igual países estrangeiros, pesquisar sobre estes métodos verificando sua eficácia antes da implantação.

Antes de escolher entre o método global ou o fônico, o Congresso dos Estados Unidos determinou que fosse realizada uma meta-análise para avaliar os resultados de mais de 100 mil estudos experimentais sobre a eficácia de diferentes métodos de alfabetização. Esse esforço concentrado de pessoas, aliado à responsabilidade e competência, refletiu-se nos resultados do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA), onde jovens de países como Grã-Bretanha, França e Estados Unidos obtiveram posições de destaque em leitura. Os resultados indicam que países que adotam o ensino fônico tendem a formar jovens com maior competência de leitura, seguidos por aqueles que utilizam métodos mistos, enquanto os países que insistem no construtivismo ocupam as últimas posições (Capovilla; Seabra, 2010, p. 73).

Para além das questões dos métodos, sejam eles globais, fônicos ou construtivistas, para que estes sejam de fato parte do cotidiano da escola é necessário que suas concepções sejam trazidas nos documentos escolares como por exemplo no Projeto Político Pedagógico (PPP), norteando e auxiliando as práticas alfabetizadoras dos professores. Parafraseando Veiga (1998) o PPP não deve ser construído, enviado aos órgãos educacionais e em seguida guardado em uma gaveta, é necessário que sua construção seja vivida nas práticas educativas e por todos os envolvidos. Desta maneira, não basta somente o registro do tipo de alfabetização e letramento adotado, mas é necessário que o PPP contemple também as possíveis ações caso o aluno não atenda aos objetivos dos métodos, procurando sanar dificuldades.

Assim, concordando com Araújo (2018) entendemos que para os índices de analfabetismo funcional diminuam no Brasil, é imprescindível a construção de políticas públicas eficazes na área de alfabetização e letramento, proporcionando formação continuada aos

professores alfabetizadores, garantindo permanência das crianças na escola, ambientes e práxis que favoreçam seu letramento e alfabetização.

Um importante dado relatado por Santos Junior (2017 p. 27) é que “2015, uma pesquisa realizada na Universidade Católica da Paraíba (2013) concluiu que 50% dos estudantes universitários são analfabetos funcionais, ou seja, não entendem o que leem”. Analisando este levantamento, podemos perceber o quanto é alarmante que alunos tenham passado anos em sala de aula na educação básica e mesmo assim não adquiriram habilidades que os tornem alfabetizados funcionalmente, ou seja, possuem ainda dificuldades com leitura de mundo e com a utilização da língua portuguesa.

Dentre as causas do Analfabetismo Funcional como um todo, está o baixo nível de instrução da população ou a dificuldade de concluir as séries escolares.

De acordo com Santos Junior (2017), uma pesquisa do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) de 2003 revelou uma forte relação entre o nível de instrução e a taxa de analfabetismo. Por exemplo, em Niterói - RJ, que tem uma média de 9,5 anos de escolaridade, a taxa de analfabetismo é de apenas 3,6%. Em contraste, em Guaribas - PI, onde a média de anos de escolaridade é de 1,1, a taxa de analfabetismo chega a 59%, e a maioria da população é considerada analfabeta funcional. Além disso, as regiões Sul e Sudeste apresentam os municípios com os melhores indicadores de escolaridade, enquanto Norte e Nordeste concentram as cidades com menor média de séries concluídas.

Outra razão que corrobora com o analfabetismo funcional no Brasil são os métodos de alfabetização, que muitas vezes são ineficazes e conduzem os alunos a somente decodificar as palavras, não fazendo seu uso social e nem mesmo sabendo interpretá-las. Explicitando isso e trazendo à tona o déficit de ensino no Brasil, os indicadores trazidos pelo Programme for International Student Assessment (PISA), ressalta que os estudantes brasileiros, em 2014, ficaram em 38º lugar entre 44 países, nos testes de raciocínio; outro dado que mostra as condições de ensino são as 529.374 redações do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) de 2015 zeradas, onde os alunos não compreendem as competências que a prova exige e nem mesmo conseguem inferir sentido e conexões com o que já sabem e com seus repertórios culturais (Santos Junior, 2017).

Sendo assim, a falta de articulação entre os conteúdos, leituras e contexto de mundo, coloca os alunos em um ciclo de não saber interpretar o que é pedido nos vestibulares ou até mesmo, como diz Santos Junior (2017 p. 31) “[...] invadem o comportamento dos indivíduos em outras esferas da vida, em suas reivindicações, em suas lutas em prol de causas pessoais ou grupais, não permitindo aos sujeitos unirem discurso e ato”, trazendo dificuldades e os inserindo no contexto dos analfabetos funcionais.

Corrobora Soares (2020) que, para que o ensino da leitura e escrita seja eficaz é indispensável que a escola, como instituição que sistematiza e ensina a língua perceba o

desenvolvimento cognitivo e linguístico de seus alunos e oriente-os rumo ao nível que eles já têm possibilidade em alcançar, conceitualizando o ensino com um repertório real ou cultural.

A modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) de acordo com Cardoso e Passos (2016) é regulamentada por lei e tem como público alvo adultos que não tiveram acesso à educação na idade correta, e tem como grande difusor Paulo Freire.

Para Nascimento (2013) e Freire (1986), a educação deve formar plenamente o ser humano, preparando-o para a vida, formando valores, ligados a uma pedagogia libertadora, para que a sociedade se torne mais justa e igualitária.

Desta forma Freire (1986), ao criar seus escritos sobre alfabetização, coloca que é imprescindível a formação crítica dos alunos, abrindo espaço ao diálogo, colocando os educandos como protagonistas de suas histórias, os quais através da educação poderiam ter uma visão de mundo crítica e interventora.

A dissertação a ser analisada neste tópico é “Caminhos percorridos pela educação de jovens e adultos na rede municipal de ensino do Recife/PE, no combate ao analfabetismo funcional de 2013 a 2016” da pesquisadora Taciana Durão Leite Caldas, que tem por objetivo compreender a preparação dos professores de EJA a erradicar o Analfabetismo Funcional, com base nos pensamentos freirianos.

Caldas (2018) inicia o debate de sua dissertação centrada na problematização acerca da erradicação do analfabetismo e do analfabetismo funcional, trazendo Ferraro (2017), que coloca que para Paulo Freire (2001), “[...] o analfabetismo não é nem uma ‘chaga’, nem uma ‘erva daninha a ser erradicada’, nem tão pouco uma enfermidade, mas uma das expressões concretas de uma situação social”. Analisando esta citação é possível perceber que na visão de Freire, o analfabetismo seja ele pleno ou rudimentar tem relação com as mazelas sociais, onde pessoas em vulnerabilidade não possuem acesso concreto a alfabetização e letramento.

Apesar do analfabetismo pleno estar diminuindo ao longo dos anos, seja pela facilidade de acesso à educação ou pelas políticas públicas que auxiliam nestes dados, a pauta latente de alfabetização atual está voltada ao analfabetismo funcional, pois o foco é aumentar a qualificação da mão de obra para os setores econômicos, e com essa necessidade surge novos conceitos e termos relacionados a compreensão ou não da língua, entre estes está o “analfabetismo funcional” (Caldas, 2018).

De acordo com Caldas (2018, p. 65, citado por Soares, 2012, p. 36), há uma distinção entre saber ler e escrever, ou seja, ser alfabetizado, e viver na condição de quem realmente sabe ler e escrever, ou seja, ser letrado (no sentido de "literate" em inglês). Em outras palavras, alguém que aprende a ler e escrever, tornando-se alfabetizado, e que passa a usar essas habilidades nas práticas sociais de leitura e escrita, tornando-se letrado, é diferente de uma pessoa que não sabe ler e escrever, que é analfabeta, ou de alguém que sabe ler e escrever, mas não utiliza essas

habilidades na prática, ou seja, é alfabetizada, mas não letrada, não vivendo a condição de quem realmente domina a leitura e a escrita.

Portanto, o conhecimento da língua vai muito além da conceituação de alfabetizado, letrado, analfabeto pleno ou funcional, existem inúmeras facetas pertinentes a compreensão do mundo letrado. Caldas (2018) traz que ninguém de fato é analfabeto absoluto, pois é impossível não haver conhecimento de alguma coisa referente ao contexto que se vive, porém para os índices oficiais de mensuração do analfabetismo, é considerado analfabeto absoluto o indivíduo que não domina habilidades de leitura e escrita, não exercendo com plenitude seus direitos, sofrendo preconceitos frente a sociedade e sendo invisibilizado em seus grupos sociais.

Segundo Caldas (2018) o conceito de analfabetismo funcional nos países que universalizaram a educação está ligado a problematização da qualidade desta educação, assim como os dados servem para as escolas se adequarem as demandas dos alunos, reforçando também a necessidade de levar em conta o que a criança já aprendeu de forma não-formal, não desvinculando a prática do vivido. Já na América Latina o termo analfabetismo funcional revela-se como indicador de uma parcela da população que apesar de ter tido acesso à escola, não conseguiu dominar perfeitamente a língua, seja pelo ensino precário ou pelo sucateamento das escolas, ou até mesmo aos níveis socioeconômicos muito baixos que impediram que estes cidadãos se dedicassem aos estudos.

Após levantar todos estes dados, nomenclaturas e pesquisar sobre o EJA em Recife/PE a autora Caldas (2018), conseguiu tirar a conclusão que para o analfabetismo funcional deixar de ser uma urgência e ser erradicado, é preciso elaborar programas que não dependam da alfabetização na idade certa, mas que foquem de fato na parcela de jovens e adultos que necessitam destes projetos, percebendo as peculiaridades desta modalidade e a organizando estruturalmente, proporcionando formação continuada aos docentes da área e consolidando práticas educativas que tenham por objetivo sanar o analfabetismo pleno e funcional.

Trazendo como principal forma de alfabetizar esses alunos o método Paulo Freire, que coloca a importância do letrar de acordo com a realidade destes alunos público alvo da EJA, trazendo suas histórias, cotidiano e experiências como pauta do aprendizado da leitura e escrita.

As crescentes políticas públicas de alfabetização no Brasil, demonstra que o tema está sendo visto como importante questão social do país, pois de acordo com o Censo Demográfico de 2013 o Brasil ainda possui em seu território cerca de 8,3% de analfabetos. Deste modo, o tema ultrapassa os muros da escola, e atinge a política brasileira, que por sua vez cria programas de alfabetização que exprimem seus ideais e princípios, tentando combater estes dados ou reforçando-os em busca de domínio e poder (Bordignon; Paim, 2015).

Na dissertação denominada “A(na)lfbetismo Funcional no Brasil: Uma análise dos níveis de Analfabetismo Funcional” do autor Rodrigo Augusto de Lima, foi possível perceber que

o pesquisador analisa o Analfabetismo Funcional a partir dos dados do INAF nos anos de 2001 a 2011 com amostragem de pessoas de 15 a 64 anos.

Logo no início da dissertação, Lima (2018) já apresenta o histórico do termo Analfabetismo Funcional, relatando que o conceito nasceu em 1930 nos Estados Unidos da América (EUA) com as Forças Armadas, onde os comandantes perceberam que haviam soldados que sabiam ler, mas não compreendiam ordens expressas em cartas. O autor trazendo como referencial teórico Ribeiro (1997) ressalta que o termo correto atualmente segundo a UNESCO é alfabetização funcional.

Uma pessoa é funcionalmente alfabetizada, que pode se envolver em todas as atividades em que a alfabetização é necessária para o funcionamento efetivo do seu grupo e de sua comunidade, além de permitir que ele continue usando a leitura, a escrita e o cálculo para o seu trabalho e o desenvolvimento da comunidade (UNESCO, 1978, não paginado).

Segundo Lima (2018) o termo alfabetismo funcional foi criado para haver um meio termo entre analfabetismo absoluto e o domínio próprio da leitura e escrita, o conceito foi padronizado pela UNESCO para clarear estatísticas e políticas educacionais.

A dissertação em primeiro momento trata dos conceitos analfabeto e analfabetismo, onde ressalta que o termo analfabetismo iniciou-se na Europa relacionando-se com a industrialização, no Brasil este termo e o conceito de analfabeto só foram mencionados em 1881 com a reforma eleitoral; as discussões voltadas para o alfabetismo foram pensadas em relação à política e não a ordem econômica, até a Constituição de 1988 os analfabetos eram discriminados e não exerciam sua condição de cidadão com direito ao voto (Lima, 2018).

Lima (2018) relatando sobre o desenvolvimento dos marcadores de dados sobre Analfabetismo Funcional, descreve em sua dissertação que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) 2001 colocava o analfabeto funcional como aquele com menos de quatro anos de estudos, onde o sujeito da pesquisa autodeclarava sua proficiência, com a criação do INAF que foi instituído em 2001 em parceria com o Instituto Paulo Montenegro, a mensuração dos dados sobre analfabetismo começou a ser feita através de questionários, medindo a proficiência das pessoas e não a autodeclaração como o IBGE fazia, pois nem sempre o nível de escolaridade está correlacionado com o nível de habilidade.

Um dos objetivos para a criação do INAF, foi mensurar informações e compreender o problema do analfabetismo funcional, assim como fomentar debates e formular políticas públicas e propostas pedagógicas sobre o alfabetismo. De acordo com este órgão o alfabetismo funcional pode ser separado em quatro níveis: analfabetos e alfabetizados em nível rudimentar são classificados como Analfabetos Funcionais, os alfabetizados em nível básico e alfabetizado pleno são conceituados como Alfabetizados Funcionalmente.

Trazendo uma visão geral das análises de Lima (2018), pode-se ressaltar diversas peculiaridades que caracterizam os brasileiros analfabetos funcionais, entre elas é a relação de

raça, a qual afeta também os níveis de alfabetismo, onde os negros possuem menos chances de escolarizar-se, seja por conta do passado elitista e escravocrata do Brasil, ou pela falta de políticas públicas de educação eficazes; a desigualdade territorial também afeta os dados, assim como a renda.

O foco da pesquisa de Lima (2018) é o alfabetismo funcional na educação superior, e com base nos dados do INAF 2001 a 2011 o pesquisador pode tirar à seguinte conclusão: que os estudantes que ingressam no ensino superior possuem habilidades alfabéticas menores que as esperadas; ou seja, não há garantia de um alfabetismo pleno mesmo com a conclusão da educação básica.

A tese de Antenor da Cunha Franca Junior, “Entre o enunciado e o realizado, a difícil superação do analfabetismo: Um estudo sobre o Programa Paraná Alfabetizado (2004-2016)” também encontrada no catálogo da Capes, trata da análise das políticas públicas educacionais paranaenses voltadas para a alfabetização de jovens e adultos, citando as diretrizes dos programas educacionais e o problemas das descontinuidades dos programas, relaciona também sobre o Analfabetismo Funcional nesta parcela da população.

Junior (2018) inicia sua tese colocando em pauta o conceito de Analfabetismo Funcional baseado no autor Henriques (2006), onde descreve o analfabeto como “[...] pessoas que sabem ler, escrever e contar, mas não desenvolveram as habilidades de leitura, escrita e cálculo necessárias ao seu desenvolvimento pessoal e profissional [...]”. Ou seja, a língua escrita não é pauta latente das ações diárias destas pessoas e nem é utilizada corriqueiramente como forma de expressão, de intervenção e reflexão sobre o mundo.

Trazendo como pauta o Analfabetismo Funcional relacionado a Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil, Junior (2018) ressalta que para haver garantia da inserção de jovens e adultos no mundo dos portadores textuais e que estes sejam considerados alfabetizados funcionalmente é necessário que os egressos dos programas de alfabetização continuem estudando nos espaços de formação educacional, almejando sua interação efetiva nas espaços sociais e de comunicação, sendo assim, os programas alfabetizadores precisam de sequência nos seus atos, mesmo após a alfabetização dos alunos.

Um dos projetos mais conhecidos de alfabetização do Brasil foi o “Programa Paraná Alfabetizado”, que segundo o site da Secretaria de Estado de Educação e do Esporte do Paraná (SEED), este programa visava alfabetizar os alunos em oito meses de estudos, com uma carga horária de 320 horas, através do planejamento pedagógico pensado no contexto social do aluno; as aulas do Programa Paraná Alfabetizado tinham como preferência serem ministradas em escolas estaduais e municipais, mas quando não era possível, espaços físicos alternativos poderiam ser utilizados.

Segundo Junior (2018) as escolas municipais e estaduais não estavam presentes em todos os locais onde as pessoas viviam. Por isso, a solução foi criar turmas em espaços acessíveis,

próximos às residências das pessoas. Os governos não pensaram em construir novas escolas, pois acreditavam que a demanda por alfabetização e Educação de Jovens e Adultos (EJA) era algo que eventualmente se resolveria. A expectativa era que as escolas existentes garantissem a inclusão de todos, mas essa universalização aconteceria de forma ampliada, o que justificava a necessidade de utilizar todos os espaços disponíveis para atender a essa demanda.

Por consequência, as aulas realizadas nesses espaços fora das escolas frequentemente enfrentavam dificuldades devido às más condições estruturais e pedagógicas, o que dificultava o processo de ensino e aprendizagem. Parece que quando as aulas acontecem em espaços fora das escolas, muitas vezes elas enfrentam dificuldades por causa das condições ruins, tanto na estrutura quanto na parte pedagógica. Isso pode fazer com que os alunos se sintam como se estivessem lá, mas não na escola de verdade, o que pode acabar deixando-os com dúvidas sobre o que estão aprendendo, especialmente na leitura e escrita. É importante pensar em como criar ambientes mais adequados para que o processo de ensino e aprendizagem seja mais efetivo e os alunos se sintam mais confiantes no que estão aprendendo (Junior, 2018).

Como forma de garantia, acesso e permanência dos jovens e adultos a educação em Curitiba no Paraná, o município estabelece em Plano Municipal de Educação (PME/Curitiba) com base no Plano Nacional da Educação a seguinte meta: “[...] atingir, até 2025, a erradicação do analfabetismo absoluto (quem não sabe ler e escrever) e a redução em 50% do índice do analfabetismo funcional [...] na população com 15 anos ou mais” (Junior, 2018). Em levantamento feito pelo pesquisador Junior (2018) sobre a continuidade alguns programas e coordenadorias de alfabetização de jovens e adultos no município de Curitiba, este percebeu que com mudanças de gestões públicas há uma descontinuidade das ações sobre a alfabetização desta população, o que nas palavras do autor “compromete todo o esforço da equipe anterior.”

Em resumo, o que é colocado nos documentos oficiais muitas vezes na prática é burlado ou negligenciado, assim, o distanciamento das pessoas que não conseguiram estudar na “idade certa” com os programas de alfabetização é de certa forma estimulado pelos governantes, perpetuando as relações de poder e de acesso à cultura escolar, reforçando os conceitos supracitados tratados por Bordignon e Paim (2015).

A literatura na sala de aula, muitas vezes é vinculada somente ao ato de aprender a gramática da Língua Portuguesa, para que a leitura venha de fato auxiliar os alunos na vida social e no aprendizado da leitura e escrita, é necessário que estes textos literários possuam significado e função. Para isto é necessário que haja nas escolas o letramento literário que segundo Vieira (2015) objetivo não é apenas ensinar os alunos a ler diferentes gêneros literários, mas também estimular a compreensão profunda e a nova interpretação dos textos, promovendo a motivação tanto do professor quanto do estudante.

Em um dos levantamentos das publicações sobre Analfabetismo Funcional no catálogo da Capes, foi encontrado a dissertação “A importância da imaginação e da literatura para a

educação e a formação humana” de Moacir dos Santos Junior, que traz breves considerações sobre o tema, e liga a literatura como parte indispensável no letramento de crianças, trazendo como temática o letramento literário, que de acordo com a autora Magda Soares (2020, p. 32) “[...] é o contato e a interação com obras da literatura infantil.”

A literatura como parte integrante da formação escolar é considerada por Santos Junior (2017) como peça central na construção de soluções para superar o chamado analfabetismo funcional. Pois, através dela os alunos conseguem relacionar suas experiências em sala, com acontecimentos lidos e vivenciados na leitura, construindo uma ponte entre a memória literária e a realidade escolar.

Como forma de auxiliar na redução do analfabetismo funcional, Santos Junior (2017) sugere a literatura como importante ferramenta nesse processo, pois por meio dela o aluno adquire cultura, enriquece a imaginação, proporciona repertório cultural para que a língua seja utilizada de forma coerente socialmente, dando-os suporte e ferramentas para agir de forma crítica no mundo.

Considerações finais

A partir da análise dos artigos, tornou-se possível compreender a importância da alfabetização efetiva e a indispensabilidade de práticas pedagógicas que levem a aquisição funcional da língua para todos, seja na idade correta ou em projetos e programas alfabetizadores para adolescentes e adultos, ressaltamos que estes programas precisam ser de caráter contínuo, e não de forma esporádica em cada governo.

É perceptível também, a necessidade de os professores atualizarem seus métodos de alfabetização, acrescentando o letramento como indispensável nesse processo, abrindo possibilidades para que os alunos aprendam de fato a utilizar-se da língua. Ademais, evidenciou-se que a escola como um todo deve se ver como responsável pelos números de analfabetos funcionais na sociedade, percebendo sua responsabilidade social e seu papel alfabetizador, no intuito de uma transformação da realidade.

Diante do observado e refletido sobre analfabetismo funcional e das problemáticas que o cercam, conclui-se que é imprescindível que haja mais pesquisas acadêmicas na área, além do fomento a formação continuada de professores, onde estes desenvolvam espaços escolares e práticas pedagógicas significativas na aquisição eficaz da língua, além de perceberem que a permanência dos alunos em estado de analfabetos funcionais prejudica sua inserção no mundo letrado e seu direito à cidadania.

Referências

ARAÚJO. L. S. L. Analfabetismo funcional, alfabetização e letramento: ações da escola na produção de pesquisas entre 2011 e 2016. 2018. 110 f. Dissertação (Mestrado em Educação: História, Política,

- Sociedade) - Setor de Educação. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em:
https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7072842#. Acesso em: 25 abr 2021.
- BEZERRA, A. C. V.; SILVA, C. E. M.; SOARES, F. R. G.; SILVA, J. A. M. Fatores associados ao comportamento da população durante o isolamento social na pandemia de COVID-19. *Ciência & Saúde Coletiva*. v. 25, p. 2411 – 2421, 2020. Disponível em:
<https://www.scielo.org/article/csc/2020.v25suppl1/2411-2421/#>. Acesso em: 25 ago. 2021.
- BORDIGNON, L. H. C. PAIM, M. M. W. História e políticas públicas de alfabetização e letramento no Brasil: breves apontamentos com enfoque para o Plano Nacional de Educação. *Momentos*. v. 24 n. 1, p. 89 – 117, jan./jun. 2015. Disponível em:
<https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=https://periodicos.furg.br/momento/article/download/5038/3745/17091&ved=2ahUKEwjz0tOoran4AhVOvJUCHWbgB7MQFnoECCUAQ&usq=AOvVaw3G8Nkdg2MiW2Na3sFo57go>. Acesso em: 10 jun. 2022.
- CALDAS, T. D. L. Caminhos percorridos pela educação de jovens e adultos na rede municipal de ensino do Recife/PE, no combate ao analfabetismo funcional de 2013 a 2016. 2018, 189 f. Dissertação (Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública) Universidade Federal de Juiz de Fora, 2018. Disponível em:
https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6427955#. Acesso em: 25 abr 2021.
- CARDOSO, M. A. PASSOS, G. A. L. Reflexões sobre a Educação de Jovens e Adultos e a formação Docente. *Educação Pública*. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em:
<https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/16/25/reflexoes-sobre-a-educacao-de-jovens-e-adultos-e-a-formao-docente> . Acesso em: 06 jun. 2022.
- CAPOVILLA, Fernando C.; SEABRA, Alessandra G. Alfabetização: Método Fônico. 5a. Ed. - São Paulo: Memnon, 2010.
- FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa. 35.Ed. São Paulo: Paz e terra, 1986.
- IPM, INSTITUTO PAULO MONTENEGRO. INAF Brasil 2018. Disponível em:
<https://drive.google.com/open?id=1ez-6jrlrRRUm9JJ3MkwxEUffltjCTEi6> . Acesso em: 25 abr. 2021.
- JUNIOR, A. C. F. Entre e o enunciado e o realizado, a difícil superação do analfabetismo: Um estudo sobre o Programa Paraná Alfabetizado. 2018. 380 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018. Disponível em:
https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6454519#. Acesso em: 24 abr. 2021.
- LIMA, R. A. A(na)labetismo funcional no Brasil: Uma análise dos níveis de alfabetismo funcional. 2018. 93 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade de Sorocaba. 2018, Sorocaba. Disponível em:
https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6586996# Acesso em: 25 abr. 2021.
- MOROSINI, M. C.; FERNANDES, C. M. B. Estado do conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções. *Educação Por Escrito*, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 154-164, jul.-dez. 2014. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/porescrito/article/view/18875> . Acesso em: 25 abr. 2021.

- NASCIMENTO, S. M. Educação de Jovens e Adultos na visão de Paulo Freire. 2013. Disponível em: http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/20898/2/MD_EDUMTE_2014_2116.pdf Acesso em: 10 jun. 2022.
- OLIVEIRA, A. G. O Coordenador pedagógico e o analfabetismo entre adolescentes escolarizados. 2018. 111 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação: Formação de Formadores) - Setor de Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7376506# Acesso em: 25 abr. 2021.
- SANTOS JUNIOR, M. A importância da imaginação e da literatura para a educação e a formação humana. 2017. 99 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade do Planalto Catarinense, Lages 2017. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6240915# Acesso em: 25 abr. 2021.
- SAVIANI, D. Crise estrutural, conjuntura nacional, coronavírus e Educação – o desmonte da educação nacional. Revista Exitus, Santarém, v. 10, p. 01-25, 2020. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-94602020000100012 Acesso: 24 set. 2021.
- SEED. Programas e Projetos - Paraná Alfabetizado - Como funciona?. Disponível em: <http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=64> Acesso em: 19 fev. 2022.
- SOARES, M. Alfabetizar: Toda criança pode aprender a ler e a escrever. São Paulo: Contexto, 2020.
- SOARES, M. Língua escrita, sociedade e cultura. Revista Brasileira de Educação, n. 0, p. 5-16, set./dez. 1995. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/pnaic/files/2018/06/LINGUA-ESCRITASOCIEDADE-E-CULTURA-RELAÇÕES-DIMENSÕES-E-PERSPECTIVAS.pdf> Acess: 25 ago. 2023.
- SOARES, M. Alfabetização e letramento. São Paulo: Contexto, 2010.
- UNESCO. Education for All Global Monitoring Report 2006. Literacy for Life. Paris, 2005.
- VEIGA, I. P. A. Projeto Político-Pedagógico na Escola: Uma construção coletiva. Disponível em: <https://www.sinprodf.org.br/wp-content/uploads/2014/01/PPP-segundo-Ilma-Passos.pdf> Acesso: 21 jan. 2022.
- VIEIRA, H. F. S. C. Letramento literário – um caminho possível. Revista Arredia, Dourados, MS, Editora UFGD, v.4, n.7: 117-126, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/arredia/article/view/4307> Acesso: 03 ago. 2025.

Submissão: 19/09/2024. **Aprovação:** 04/08/2025. **Publicação:** 29/08/2025.